
LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

WAGNER ANDRÉ DOS SANTOS SILVA

**PROFESSORES HOMENS NA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL
ATUAL: DESAFIOS E BENEFÍCIOS**



Rio Claro

2018

WAGNER ANDRÉ DOS SANTOS SILVA

PROFESSORES HOMENS NA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL
ATUAL: DESAFIOS E BENEFÍCIOS

Orientador: Célia Regina Rossi

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Instituto de Biociências da Universidade
Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” -
Campus de Rio Claro, para obtenção do grau de
Licenciado em Pedagogia

Rio Claro
2018

S586p

Silva, Wagner André dos Santos

Professores homens na educação infantil no Brasil
atual: Desafios e benefícios / Wagner André dos
Santos Silva. -- Rio Claro, 2018

34 p.

Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura -
Pedagogia) - Universidade Estadual Paulista
(Unesp), Instituto de Biociências, Rio Claro
Orientadora: Célia Regina Rossi

1. Educação Infantil. 2. Gênero. 3. Homem. 4.
Preconceito. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp.
Biblioteca do Instituto de Biociências, Rio Claro. Dados fornecidos pelo
autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente agradeço a Deus pela força e consolo nos momentos difíceis que enfrentei nos últimos anos.

Agradeço aos meus pais Valdomiro e Ana Célia por todo suporte emocional e carinho durante essa fase e todas as outras que anteciparam esse momento de minha vida. A vocês dois, meu amor eterno e incondicional. Meus irmãos Wendel e Werner, que tenho visto crescer e atingirem o sucesso pessoal e profissional a cada dia e que me enchem de orgulho, espero que um dia possam se orgulhar de mim na mesma proporção.

Um agradecimento especial a minha querida amiga e “mãe de coração” Maria José de Oliveira, *“In Memoriam”*, pelo incentivo em cursar Pedagogia e fazer com que eu encontrasse uma vocação com a qual me identifiquei e me faz feliz. Gostaria que pudéssemos comemorar juntos.

Marcel e Priscila, meu casal de professores favorito, Maria Beatriz, Andreia Bruno e tantos outros professores que lecionam na escola onde trabalho, vocês sempre foram modelos para mim, e desejo que um dia eu seja pelo menos 1% do profissional que vocês são. Obrigado por servirem de inspiração.

Outros também merecem agradecimentos por de alguma forma me incentivarem e auxiliarem na conclusão desta etapa tão significativa em minha vida: Samuel, meu amigo, companheiro e porto seguro, Dona Solange, Igor, Renata e Fábio que sempre me ajudaram a relaxar com momentos divertidos aos finais de semana.

E por último, mas não menos importante, gostaria de agradecer a minha orientadora Célia Regina Rossi, por ter me aceito como seu orientando e ter sido sempre atenciosa e solícita quando eu necessitei de sua ajuda, não tenho como descrever o quanto fui privilegiado em poder contar com seu auxílio.

Enfim, quero agradecer a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha vida nesses anos de graduação, o apoio de vocês foi fundamental para me dar ânimo e coragem para concluir essa etapa, muito obrigado por acreditarem em mim.

“A menos que modifiquemos à nossa maneira de pensar, não seremos capazes de resolver os problemas causados pela forma como nos acostumamos a ver o mundo”.

Albert Einstein

RESUMO

As inúmeras mudanças que vêm ocorrendo na profissão docente atualmente com a entrada de homens na educação infantil, muda as relações de gêneros dentro da instituição escolar e propicia muitos debates respaldados por falas baseadas em senso comum, em equívocos, em medos, etc., distorcendo assim a realidade sobre o assunto e fazendo com que muitos professores sejam rejeitados na escola infantil. A presença cada vez maior de homens nos cursos de Pedagogia alavanca tais discussões, mostrando uma necessidade de maior reflexão e formação por parte da sociedade e das profissionais das instituições de ensino. A escola é também um instrumento de expansão cultural, e cabe a ela, encontrar uma forma de dialogar com a comunidade a qual está inserida, para que os docentes do gênero masculino, possam ser respeitados e livres de preconceitos. Dessa forma, esse estudo visa através da pesquisa qualitativa focada em levantamento bibliográfico de teses, dissertações e artigos de periódicos, apontar, estudar e refletir os preconceitos e desafios enfrentados por professores homens, no intuito de oferecer a esses professores um olhar isento de qualquer estranhamento, qualificando-os pelo seu fazer pedagógico e não apenas pelo seu gênero.

Palavras-chave: Educação Infantil. Gênero. Homem. Preconceito.

ABSTRACT

Several changes have been occurring in the teaching profession with the entry of men in primary education, it changes gender relations inside the school and allows debates supported by common sense, misconceptions, fears, etc., distorting the reality about the subject, that causes rejection to male teachers in early school. The increasing presence of men in Pedagogy courses leverages such kind of discussion, highlighting the need for reflection and capacitation of the society and professionals in educational institutions. The school is also an instrument of cultural expansion, and it is up to it find a way to dialogue with the whole community in order to support male teachers, promote respected and allow them work free of prejudice. This study aims to show, evaluate and reflect the prejudices and challenges faced by male teachers through the qualitative research, focused on a bibliographical survey on theses, dissertations and periodicals, in order to provide a positive point of view about these professionals, free of any estrangement, in order to qualify them for their pedagogical work, not for their gender.

Keywords: Child education. Gender. Men. Prejudice.

LISTA DE SIGLAS

CF - Constituição Federal

CNE - Conselho Nacional de Educação

DCN - Diretrizes Curriculares Nacionais

DCNEI - Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil

EMEI - Escola Municipal de Educação Infantil

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC - Ministério da Educação e Cultura

PNE - Plano Nacional de Educação

RCNEI - Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. A EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL	10
3. BENEFÍCIOS DOS ESTUDOS DOS GÊNEROS NA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL	15
4. O PROFESSOR DO SEXO MASCULINO NA EDUCAÇÃO INFANTIL	21
4.1 Reflexões sobre as relações do professor do sexo masculino que atua na educação infantil e a sociedade	23
5. CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS: BRINCAR E CUIDAR	25
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
REFERÊNCIAS	31

1. INTRODUÇÃO

O magistério no Brasil ainda possui característica predominantemente feminina, e a associação da tarefa educativa com cuidados maternos foi um dos fatores que contribuiu para a feminização dessa profissão. Arce (1997) explica que para as mulheres, esta foi uma das primeiras oportunidades de trabalho fora de casa que a sociedade consentiu. Inegavelmente, esse domínio feminino é maior na Educação Infantil, pois a elas foram atribuídas a função de cuidar e educar das crianças nas creches e pré-escolas, tarefas que já exerciam no lar, como aponta Carvalho (1999). Haja vista a grande ocupação desse espaço pela mulher, muitas pessoas, famílias, enfim, a sociedade em geral, consideram anômala, frágil e perigosa a atuação do homem como docente neste segmento educacional. Afinal, que espaço tem os homens na Educação Infantil? Partindo dessa inquietação preliminar, analisa-se a atuação do educador masculino com crianças de 0 a 5 anos.

Assim, para alcançar o objetivo de compreender o lugar do homem na Educação Infantil, optou-se pelo seu desdobramento em três objetivos específicos: identificar as barreiras mais recorrentes que contribuem para pequena participação do público masculino na docência na Educação Infantil; problematizar e refletir os prováveis efeitos ou não, que a ausência masculina pode causar no exercício da docência nessa etapa da educação básica; e também discutir as tendências da atuação masculina em creches e pré-escolas no futuro, de acordo com o mercado de trabalho que se desvela na atualidade.

Constantes mudanças na profissão docente e a relação de gêneros e masculinidade tornam a presença de homens na educação infantil tópico de numerosos debates normalmente movidos por senso comum, o que tende a distorcer a realidade sobre o mesmo.

A presença masculina na atuação docente e nos cursos de Pedagogia contribuem para que tais debates se façam cada vez mais frequentes na área da educação, uma vez que se percebe a importância da presença masculina no exercício da profissão docente e na formação tanto intelectual como social da criança.

Tomando-se as unidades escolares como o principal veículo mediador de educação e cultura, considera-se que o papel da escola seja o de abrir espaço para

que a sociedade juntamente com os educadores reflita e encontre uma forma de se entender e respeitar a presença de homens na educação infantil de uma forma isenta de qualquer tipo de preconceito.

Levando-se em conta que:

Entre as inúmeras funções da educação de nossas crianças e adolescentes está a ensinar o respeito pelas diferenças. Educar para o convívio harmonioso entre as diversidades é obrigação de todas as instituições de ensino (SILVA, 2010, p. 149).

Essa pesquisa baseia-se no fato de um professor do sexo masculino ser visto como alguém que causa estranhamento às crianças pequenas em sala de aula e também as famílias, bem como a outros funcionários das escolas e até mesmo colegas de profissão. Esse estranhamento é respaldado por falas de diretores como as apresentadas no trabalho de Oriani (2011):

[...] a figura paterna geralmente em casa é mais afastada da criança, a criança tem mais vínculo com a mãe, então quando ele vê uma figura feminina fica mais fácil, mais tranquilo e o professor, se ele fosse baixinho, miudinho né? (ORIANI, 2011, p. 90).

A diretora entrevistada no trabalho supracitado argumenta que atribui aulas para o professor do sexo masculino com as crianças maiores a pedido do mesmo, porém afirma que existe da parte das crianças menores a necessidade de identificar a figura materna em sala de aula, caso contrário irão chorar demais e os pais acabarão por tirá-las da escola, enquanto as crianças maiores precisam de controle e disciplina:

[...] por outro lado, por ele ser homem, também ele fica bem com turmas integrais, as crianças precisam um pouco mais de disciplina e firmeza e eles obedecem melhor a um homem, a figura masculina impressiona também [...] (ORIANI, 2011, p. 90).

Tendo-se como elemento gerador trabalhos acadêmicos que apresentam conclusões e falas semelhantes as anteriormente citadas, essa pesquisa tem como principal objetivo constatar os desafios e preconceitos a que são submetidos os

professores homens que atuam na Educação Infantil, bem como apresentar os benefícios da presença masculina no processo de ensino aprendizagem dos alunos da Educação Infantil no Brasil atualmente, buscando assim, investigar os preconceitos que permeiam a vida dos mesmos, no intuito de que se permita buscar soluções que amenizem esse fenômeno educacional e social.

2. A EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

A história da Educação Infantil pública no Brasil se confunde, em sua gênese, com a trajetória das instituições de atendimento à criança, as creches, pré-escolas, jardins de infância e outras instituições públicas e privadas que surgiram a partir do século XIX no contexto da revolução industrial. As primeiras que surgiram foram as creches, o que veio atender a revolução industrial, no qual a mulher é inserida nas fábricas e depois nas indústrias, desencadeando uma movimentação entre os operários pela reivindicação de um lugar para deixarem seus filhos, em geral, operárias mulheres. As creches preenchiam esta necessidade para a classe trabalhadora. Firmando-se assim somente o cuidar, a atividade principal dessas creches, uma atividade assistencialista, sem nenhuma relação com educação.

Cabe ressaltar que instituições públicas são aquelas criadas pelo Estado, e mantidas com verbas do governo seja no nível federal, estadual ou municipal e conforme o art. 20º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 (LDB 9.394/96) entende-se por instituições privadas de Educação Infantil as enquadradas nas categorias de particulares, comunitárias, confessionais ou filantrópicas.

Segundo Reis e Cunha (2010) na cidade do Rio de Janeiro em 1875 foi onde surgiu a primeira instituição destinada ao atendimento de crianças com idade entre 0 e 6 anos, o Jardim das Crianças do Colégio Menezes Vieira, através de iniciativa privada e somente dois anos depois do surgimento dessa instituição surgiram os primeiros jardins de infância na cidade de São Paulo também de caráter particular. As primeiras instituições públicas de Educação Infantil surgiram apenas no final da década de 60, e em meados de 1970 passaram a ser denominadas Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI). Durante esse período, as creches eram vistas como uma solução para que os filhos dos trabalhadores permanecessem amparados e assistidos enquanto suas famílias estivessem trabalhando. Outras instituições voltadas ao atendimento infantil também surgiram nesse período, porém,

a exploração da questão da diversidade de organizações públicas e privadas não corresponde ao foco deste trabalho.

Assim, conforme aponta Santos (2015), a Educação Infantil em seu estágio inicial, já apresentava diferentes configurações de públicos e propósitos, com estabelecimentos voltados para as classes de maior poder aquisitivo enquanto outras entidades eram destinadas aos filhos das classes menos favorecidas, limitando-se as segundas ao amparo e o assistencialismo como norteadores dos trabalhos, utilizando-se para isso “cuidadoras” que não necessitavam de nenhuma habilitação específica para realizar um serviço ofertado gratuitamente.

A Educação Infantil remete ao atendimento das necessidades da criança. Mas, quem é a criança? Pergunta aparentemente simples, que as muitas respostas, possíveis e prováveis, revelam o contrário. Tal questão toca em nossa identidade de adultos, pois a resposta que damos sobre a criança geralmente se relaciona com nossa experiência pessoal: a criança que fomos e a infância que vivemos. Ao dizer algo sobre a criança de hoje, é possível que estejamos trazendo à luz algo sobre a criança do passado que carregamos em nosso íntimo.

As constantes transformações no entendimento da humanidade sobre o conceito de infância apontam para aceleradas metamorfoses, revelando que a criança de ontem, não é a mesma hoje e será diferente amanhã. Em vista disso, a velocidade dessas modificações exige da sociedade uma significativa capacidade de adaptação, ajustando-se para oferecer educação de qualidade para as crianças, seja legislando, ensinando ou interagindo com elas. No Brasil, a maioria das instituições voltadas ao atendimento infantil foram criadas nos moldes da saúde e da assistência social, entretanto, é preciso romper com esses modelos para que se enxergue a criança como cidadão detentor de direitos, entre eles o direito a educação, desde o momento de seu nascimento. Para compreensão da Educação Infantil brasileira faz-se necessário conhecer um pouco da trajetória das instituições voltadas para o atendimento à criança, bem como, refletir sobre a contribuição que os estudos sobre gênero oferecem, pois, o assunto gênero e sexualidade possui relação direta com a questão da infância que envolve crenças e valores, construídos ao longo dos anos, facilitando o entendimento de fenômenos relacionados a essa etapa de ensino (LOURO, 1997).

A docência ainda é uma área predominantemente exercida por mulheres, não só no Brasil, mas em muitos outros países. Essa característica desigual entre os

sexos na profissão torna-se ainda mais evidente quando se refere à docência dedicada à pequena infância, pois, quanto menor a idade da criança atendida, menor a participação masculina na docência e menor a remuneração dos profissionais na área. Enquanto na educação superior a presença masculina e os salários pagos são os mais elevados na área da docência, a educação infantil é a etapa com a menor presença de homens e os salários são os menores também.

Dessa forma, a expressão "divisão sexual do trabalho" vem sendo utilizada em dois sentidos distintos, sendo que o primeiro se refere à distribuição desigual de homens e mulheres no mercado de trabalho, nos ofícios e nas profissões no decorrer do tempo, diferença associada à desigualdade na divisão do trabalho doméstico entre os sexos. No segundo sentido, busca-se revelar a sistematicidade dessas desigualdades no mercado de trabalho, analisando a forma como a sociedade utiliza tais diferenças para hierarquizar as atividades e, conseqüentemente, os sexos, criando um "sistema de gênero", com enfoque nas relações sociais entre os sexos.

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado. Por outro lado, a docência dedicada à infância é uma área profissional que ilustra a segmentação decorrente dessa perspectiva de divisão sexual do trabalho, a educação de crianças pequenas é associada ao âmbito do trabalho doméstico e à esfera reprodutiva, sendo, dessa forma, naturalizada como área de atuação somente feminina.

Segundo Souza (2010), embora apresentem-se diversas origens para a primeira etapa da educação básica, em todas as propostas o cuidar e o educar encontram-se intimamente ligados à maternidade e ao âmbito doméstico revelando a construção da profissão de educador infantil sempre atrelada ao gênero feminino.

Na perspectiva da ideologia naturalizadora, encontram-se dois princípios organizadores atuantes: o princípio da separação, que considera a existência de trabalhos masculinos e femininos; e o princípio hierárquico, que atribui ao trabalho exercido por homens um valor maior que o trabalho exercido por mulheres. Hirata e

Kergoat (2007) apontam que as práticas sociais nesse aspecto se reduzem a papéis sociais sexuais, que limitam o gênero ao sexo biológico

A "desnaturalização" da divisão sexual das profissões foi possível a partir dos estudos feministas, de gênero e da consideração do gênero como categoria analítica em meados da década de 60 principalmente nos EUA. vale ressaltar que grupos feministas americanos também lutaram por equidade e igualdade. Esses estudos ganham importância no Brasil no final da década de 80, ao problematizar a característica social das diferenças entre os sexos e rejeitar o discurso do determinismo biológico dessas diferenças de acordo com Monteiro e Altmann (2014).

Dessa forma, nas instituições de ensino que eram voltadas aos filhos da elite brasileira o foco era o ensino visando a antecipação da escolaridade, passando a serem chamadas de pré-escolas e jardins de infância, fazendo-se necessária para tal a presença de "educadoras" qualificadas. Por isso, ocorreram inúmeros debates sobre a finalidade dessas instituições na década 80, quando acadêmicos e docentes passaram salvaguardar os meios e condições para ocorrência do ensino-aprendizagem na Educação Infantil, rejeitando a visão assistencialista que prevaleceu até aquele momento. Diante dessas circunstâncias, foram elaborados documentos em âmbito nacional como o Referencial Curricular Nacional Para Educação Infantil – RCNEI (BRASIL,1998), os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (BRASIL, 2006a), a Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à Educação (BRASIL, 2006b), e outros que apontam para indissociabilidade entre o brincar, o cuidar e o educar.

Ao mesmo tempo em que a junção da escola enquanto lugar de ócio com o ensino de ofícios gerava um impasse na educação contemporânea, de preparar para vida e ou para o mercado de trabalho, os conceitos de cuidar, brincar e educar alimentavam questionamentos e até embates na tentativa de uni-los em um único contexto visto a sua inseparabilidade. Recentemente as creches e "pré-escolas" tornaram-se parte integrante do sistema educacional, e a tendência é de que ao longo do tempo, o termo pré-escola caia em desuso devido ao fato da LDB passar a considerar no seu art. 29º a Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica com a finalidade do desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade nos seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social " complementando a ação da família e da comunidade" (BRASIL, 1996), complementando assim a

Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) que no capítulo referente a educação, tornou o atendimento educativo um dever do estado e um direito das crianças no seu artigo 208, inciso IV.

Atualmente ocorrem constantes mudanças nas entidades pelo estabelecimento de novos critérios para o seu funcionamento, pois, estarem incluídas como primeira etapa da educação básica envolve a participação na Política Nacional de Educação. Por conseguinte, de acordo com a Lei 10.172/2001 (BRASIL, 2001), a qual regula o Plano Nacional de Educação (PNE), que estabelece diretrizes político-pedagógicas e metas a serem alcançadas pelo país, estando os estados e principalmente os municípios buscando atender essas exigências.

De acordo com Santos (2015), ao analisarmos a história da Educação Infantil pelo viés da legislação, pode-se constatar que a regulamentação tardia para o setor contribuiu para a precarização dos serviços ofertados e a expansão desordenada das creches e pré-escolas, contribuindo para cristalização do senso comum de que qualquer um pode abrir uma creche, sem necessidade de conhecimentos prévios e formação adequada.

[...] Contudo, a LDB/96 em seu artigo 62 estabeleceu a necessidade de formação do educador infantil em nível superior, admitindo-se, como formação mínima, para o exercício do magistério na Educação Infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a formação ofertada em nível médio, na modalidade Normal (SANTOS, 2015, p.18).

No ano de 1998 foram publicados os subsídios para credenciamento e funcionamento das instituições de Educação Infantil pelo MEC, editando-se também no ano de 98 o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (RCNEI), como parte dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Em 1999 foram publicadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (DCNEI) e as mesmas foram atualizadas pela Resolução nº 5, em dezembro de 2009, sendo considerados os principais instrumentos norteadores das propostas pedagógicas para instituições de Educação Infantil no Brasil. Além disso, nota-se diversas mudanças na organização do ensino na educação básica ao longo da história do país, como a Emenda Constitucional nº 53/2006 que baixou de 6 para 5 anos o

período da Educação Infantil, a Lei 11.274 de 2006 que aumentou a duração do Ensino Fundamental para 9 anos, diminuindo a idade de conclusão da Educação Infantil para 5 anos e por fim, a Emenda Constitucional nº 59/2009, considerou obrigatória a educação dos 4 aos 17 anos de idade ampliando a duração da escola obrigatória no Brasil para 14 anos. A partir de 2016, a matrícula para crianças a partir dos 4 anos de idade tornou-se obrigatória.

Dessa forma, a legislação que trata da Educação Infantil no Brasil possui seu marco com a CF/88 e a LDB/96 sendo que ambas asseguram a gratuidade no atendimento das creches e pré-escolas públicas. Documentos norteadores como RCNEI (BRASIL, 1998), DCNEI (BRASIL, 2009), os Parâmetros Nacionais de Qualidade para Educação Infantil (BRASIL, 2006) e os Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil (BRASIL, 2006a) reforçam a condição da infância na perspectiva da cidadania, colaborando com as políticas e formação de programas para esse segmento. Tais instrumentos legais, complementados por outras normas estaduais e municipais, registram o avanço obtido pela legislação voltada para Educação Infantil, no entanto, as abordagens científicas sobre essa vertente educacional demonstram poucas alterações significativas na maneira como autoridades e a população como um todo idealizam a Educação Infantil, perpetuando a criação de normas atuais para uma concepção ultrapassada de um modelo que ainda se mantém pelo domínio das relações de poder e do pré-conceito, sem forças para modificar as estruturas consolidadas.

3. BENEFÍCIOS DOS ESTUDOS DOS GÊNEROS NA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

Atualmente, os estudos sobre gêneros têm contribuído na busca de soluções para as dificuldades apresentadas nesse primeiro segmento da educação básica ao longo dos anos, principalmente na compreensão de fenômenos como a ocupação dos cargos do magistério na Educação Infantil em sua grande maioria por mulheres. Enfatizando o caráter de construção humana das identidades de gênero, bem como a sua característica de constante transformação, mostrando que sexualidade e gênero são identidades distintas, e ambas evoluem com o tempo, pois:

[...] os sujeitos também se identificam, social e historicamente, como masculinos ou femininos e assim constroem suas identidades de gênero. Ora, é evidente que essas identidades (sexuais e de gênero) estão profundamente inter-relacionadas; nossa linguagem e nossas práticas muito frequentemente as confundem, tornando difícil pensá-las distintivamente. No entanto, elas não são a mesma coisa. Sujeitos masculinos ou femininos podem ser heterossexuais, homossexuais, bissexuais (e, ao mesmo tempo, eles também podem ser negros, brancos, ou índios, ricos ou pobres etc.). O que importa aqui considerar é que - tanto na dinâmica do gênero como na dinâmica da sexualidade - as identidades são sempre construídas, elas não são dadas ou acabadas num determinado momento. Sendo impossível de fixar um momento - seja esse o nascimento, a adolescência, ou a maturidade - que possa ser tomado como aquele em que a identidade sexual e/ou a identidade de gênero seja "assentada" ou estabelecida. As identidades estão sempre se constituindo, elas são instáveis e, portanto, passíveis de transformação (LOURO, 1997, p. 30- 31).

Dessa forma, as questões de gênero atribuem diferentes habilidades ao masculino e ao feminino, gerando papéis e comportamentos pré-determinados, atribuindo à docência na Educação Infantil quase que exclusivamente ao gênero feminino, um vínculo empregatício concebido através das relações de gênero e poder, que alimenta um enorme preconceito para o exercício dessa modalidade educacional por homens.

Por essa vertente, quando o pensamento dicotômico é aplicado aos gêneros entra-se em contradição e oposição, ampliando a separação entre eles, desconsiderando a existência de uma dinâmica evolutiva de relações sociais, evidenciando as desigualdades socioculturais, fortalecendo tendências conflituosas e enfraquecendo ideias de completude.

A divisão social do trabalho por gênero se organiza basicamente em duas vertentes, a separação e a hierarquização, legitimadas pela existência de ocupações consideradas masculinas e trabalhos para mulheres, e pela superioridade de algumas funções, vivenciadas em sua maioria pelos homens, em contraste com a inferioridade ou menor importância de outras ocupações, destinadas, mas não

exclusivas, ao público feminino. Assim sendo, os estudos de gênero e sexualidade contribuem significativamente para o exercício da docência na Educação Infantil, tanto por homens quanto mulheres, uma vez que ajudam na desmitificação dessa organização do trabalho neste segmento.

Dentro dessa constituição, a escola aparece como um meio de produção, pois, como Louro (1997, p. 80-81) pontua, “[...] é indispensável que reconheçamos que a escola não apenas reproduz ou reflete as concepções de gênero e sexualidade que circulam na sociedade, mas ela própria as produz”. Uma vez que seu “*modus operandi*”, seus procedimentos, sua forma de trabalho, pessoal e organizacional reforça as concepções de gênero existentes no início das instituições. É o que se passa nas salas de aula quando se divide meninos e meninas por cores (azul e rosa), por brincadeiras (boneca, carrinho), e pela postura dos educadores diante das atividades e acontecimentos no dia a dia da sala de aula, demonstrando estranhamento, incômodo ou até reprovando ações incomuns a determinado gênero em tempos passados, como por exemplo, uma criança do sexo masculino brincando com bonecas, ou uma criança do sexo feminino jogando bola.

[...] o vocábulo gênero foi empregado de forma tradicional como sinônimo da indicação de sexo, ou seja, o fator biológico da distinção entre machos e fêmeas, foi utilizado para se referir às diferenças impostas socialmente entre os traços característicos e papéis masculinos e femininos. Ela salienta que o termo sexo é fisiológico, enquanto gênero, no seu sentido amplo, é cultural (VIEZZER, 1989, p.107).

Do mesmo modo, a ocupação do cargo de professores de criança pelo gênero feminino também contribui para manutenção de pré-conceitos e de concepções antigas de identidade de gênero, negando em alguns casos o único contato com a diversidade de gêneros que muitas crianças teriam nessa importante fase da vida. Pois, aparentemente, por trás dessa assimetria de funcionários nas creches e pré-escola existem construções e representações de gênero e sexo que remetem ao século passado. No entanto, faz-se necessário trabalhar essas questões ainda na infância, dado que a criança dificilmente estranhará os preconceitos presentes em seu meio, reproduzindo os padrões de discriminação que

passam por normais, sendo tarefa de todo educador, independente do seu sexo ou gênero, religião, etc. lutar contra a discriminação e o pré-conceito.

Em virtude do seu alinhamento aos modos de produção e organização capitalista, os princípios constituidores de trabalho por gênero permanecem com solidez, muito embora, suas modalidades variam fortemente no tempo e no espaço, o que significa que uma função considerada inferior em uma região pode ser muito valorizada noutra e uma mesma tarefa específica de homens em um determinado tempo em outra época pode ser considerada tipicamente de mulheres. E não coincidentemente a exemplo da própria educação brasileira, que passou por forte processo de tornar feminino, o que implicaria ao mesmo tempo manutenção e mudança, através do provável retorno dos homens em complemento, atuando juntamente com as mulheres (ALMEIDA, 1998).

Por essa visão, sabendo que a dinâmica interna da escola revela características da sociabilidade ali produzida, e como essa sociabilidade interfere no seu funcionamento, compreende-se a importância da representatividade dos gêneros nesse espaço. Porquanto, considerou-se importante o pensamento dos futuros pedagogos, sobre esse ambiente feminino, no qual a presença de homens causa algum estranhamento, pois eles enfrentarão os desafios da atuação masculina na educação de crianças, seja no exercício direto da docência, na gestão de escolas, na coordenação de atividades pedagógicas, ou em áreas afins.

Almeida (1998) afirma a “feminização do magistério primário”, referindo-se à crescente utilização da mão de obra feminina nos postos de trabalho em escolas, evidenciando que a ocupação do magistério pelas mulheres está associada à Taylorização da educação, isto é, a mão de obra mais barata das mulheres preenchendo perfeitamente as vagas que surgiram pela demanda causada pela industrialização.

Dessa forma, constata-se, entre outros fatores, a influência do capital no quadro desproporcional de ocupação do magistério entre professores e professoras no ensino básico, principalmente na educação infantil. Evidentemente, é necessário considerar a influência da organização econômica sobre as políticas públicas do país, pois a construção e implantação de políticas públicas para educação, inclusive para o primeiro segmento da educação básica, objeto de estudo deste trabalho, estão diretamente ligadas ao contexto global do capital, ou seja, adequam-se ao modelo de produção neoliberal. Na política pública da educação, o neoliberalismo

mostrou como característica uma prática baseada na concepção do aluno-cliente, no sentido de um indivíduo “assujeitado” tal qual uma mercadoria, como se a educação fosse um investimento privado do indivíduo. O setor educacional passou a caracterizar-se como uma área propícia para a acumulação do capital. O discurso divulgado teve como eixo a educação não como parte do campo social e político, mas como integrante de um mercado, funcionando à sua semelhança.

Pelo viés capitalista neoliberal ocorre um processo de mercantilização das políticas sociais no Brasil, com o deslocamento do Estado da condição de provedor para posição de regulador dos serviços públicos. Em termos práticos a educação passa a ser vista como condição “sine qua non” para ascensão social, ou seja, o sucesso na vida depende do investimento realizado em educação, justificando assim os altos custos do ensino privado. A educação adquire um caráter utilitarista, passando a atender os interesses do mercado financeiro. Além disso, a pouca qualificação das instituições de caráter público de educação básica favorece a expansão das instituições de ensino privado. Essa realidade atinge também a primeira etapa da educação básica, ou seja, o alicerce da educação brasileira, gerando alterações que refletem as condições econômicas, sociais e políticas que o país atravessa. Consequentemente, muitas famílias, para oferecerem um suposto ensino de qualidade para seus filhos, buscam creches e pré-escolas privadas e o que deveria ser um direito garantido pelo Estado se torna mercadoria acessível apenas aos que podem pagar.

É evidente que as influências da economia modificam a estrutura do sistema educacional infantil, o perfil dos profissionais que atuam nesse mercado, bem como as suas práticas educativas, alcançando inclusive a própria infância, a qual na contemporaneidade vem sofrendo alterações culturais preocupantes. Nesse sentido, vários aspectos de transformações na infância moderna podem ser observados tais como: grande exposição à mídia e entretenimento eletrônico, com acesso a uma diversa gama de programas e informações, juntamente com forte apelo ao consumo, o empobrecimento das relações comunitárias e familiares, a diminuição de espaço físico com pequenas residências e a não utilização pelas crianças dos espaços públicos para brincadeiras coletivas, as diferentes configurações de famílias que sinalizam para grandes modificações na figura paterna, bem como na redução da presença do gênero masculino nos núcleos familiares, tratam-se de situações que exigem novos procedimentos e mudanças no modelo escolar brasileiro.

Alguns autores como Postman (1999), acreditam que, caso não ocorram alterações no sistema capitalista hegemônico, no modelo educacional brasileiro e na maneira de olhar para as crianças, esse processo marcado pela adultização e erotização precoces culminará no desaparecimento da infância, em contrapartida há aqueles que defendem que a existência de diferentes representações e maneiras de perceber a infância contribuem para a sua modificação e não para o seu desaparecimento.

Os tempos contemporâneos incluem nas diferentes mudanças sociais que os caracterizam, a re-institucionalização da infância. As ideias e representações sociais sobre as crianças, bem como suas condições de existência, estão a sofrer muitas transformações significativas, em homologia com as mudanças que ocorrem na estruturação do espaço-tempo das vidas cotidianas, na estrutura familiar, na escola, e no espaço público. Contrariamente à proclamada morte da infância, o que a contemporaneidade tem apresentado é a pluralização dos modos de ser criança, a heterogeneização da infância enquanto categoria social geracional e o investimento das crianças com os novos papéis e estatutos sociais (SARMENTO, 2003).

Assim, percebe-se um processo de reinstitucionalização da infância, alavancado, principalmente, pelas mutações no mundo do trabalho. A globalização da infância, resultado de processos econômicos, políticos, sociais e culturais, contribui para crise na Educação Infantil Brasileira, traduzida pela existência de moderna e avançada legislação educacional, e de complexa epistemologia sobre a educação infantil, concomitantemente com realidades sociais que negam o acesso à educação pública de qualidade para as crianças.

Em virtude da ascensão feminina, as mulheres vêm ocupando cargos que eram preenchidos predominantemente por homens, aumentando a concorrência em profissões anteriormente consideradas masculinas, deixando espaços nas profissões menos reconhecidas que exerciam, o que poderia resultar na valorização dessas profissões, para manter o quadro de funcionários, fato que certamente atrairia homens também.

Sob essa perspectiva, a tendência é o aumento da presença masculina no segmento dos profissionais da Educação Infantil. Assim, tanto pela acomodação do mercado de trabalho, através da ascensão feminina e do aumento da oferta de mão de obra masculina, quanto pela necessidade de adequação da estrutura escolar aos novos modelos de infância existem grandes possibilidades do aumento da figura

masculina nesse segmento da educação. No entanto, surgem mais inquietações: se essa tendência se concretiza, que vozes masculinas seriam essas? Daqueles que não obtiveram pontuação suficiente para ingressarem no curso almejado? Homens que aceitam o cargo por necessidade de admissão ao mercado de trabalho?

4. O PROFESSOR DO SEXO MASCULINO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Por muito tempo o currículo era reflexo de uma sociedade totalmente dominada pelos homens que com decorrer do tempo foi sendo desenvolvida uma educação que levasse em conta também valores femininos. Na atualidade a educação em todas as suas etapas é composta em sua grande maioria por mulheres, acontecendo com mais incidência nas séries iniciais, onde produzem uma desigualdade de gênero, existindo preconceitos produzidos culturalmente, sendo maioria na educação infantil, cujo pensamento é de que só as mulheres são capazes devido a sua essência maternal ou laço maternal de cuidar de uma criança, na educação infantil, época esta que exige a necessidade de cuidados corporais como diz Sayão (2005):

São evidentes os preconceitos e estigmas originários de ideias que veem a profissão como eminentemente feminina porque lida diretamente com os cuidados corporais de meninos e meninas. [...] os cuidados com o corpo foram atributos das mulheres, a proximidade entre um homem lidando com o corpo de meninos e/ou meninas de pouca idade provoca conflitos, dúvidas e questionamentos, estigmas e preconceitos (SAYÃO, 2005, p. 16)

Historicamente a Educação Infantil está ligada as mulheres, contudo segundo Finco (2003 p.56) “não é só por que há mulheres que a profissão é feminina”. A prática educativa durante a infância designada ao sexo feminino vem de uma construção sociocultural, de que só as mulheres possuem habilidades para cuidar de crianças, devido a ideia de que “nasce com esse dom” Ainda Finco (2003) completa:

Neste sentido, não há um “saber natural” das professoras para educarem as crianças na creche, por que todo conhecimento

mobilizado foi aprendido socialmente. Há que se considerar que, historicamente, as bonecas são brinquedos oferecidos principalmente, as meninas, e ainda persiste a valorização distinta do feminino e do masculino, por que as meninas é que são consideradas a atribuir sentimentos às bonecas e às pessoas (FINCO, 2003, p. 56).

A educação infantil sempre foi vinculada a uma prática que não precisaria de muito conhecimento, ou seja, desqualificando esse profissional, mas que bastaria um trabalhador do sexo feminino para cuidar das crianças causando assim a desmotivação do mesmo, mas fortalecendo essa forte ligação cultural entre a educação infantil e o sexo feminino.

As atividades do magistério infantil estão associadas ao papel sexual, reprodutivo, desempenhado tradicionalmente pelas mulheres, caracterizando situações que reproduzem o cotidiano, o trabalho doméstico de cuidados e socialização infantil. As tarefas não [eram] remuneradas e têm aspecto afetivo e de obrigação moral. Considera-se que o trabalho do profissional de educação infantil necessita de pouca qualificação e tem menor valor. A ideologia aí presente camufla as precárias condições de trabalho, esvazia o conteúdo profissional da carreira, desmobiliza os profissionais quanto às reivindicações salariais e não os leva a perceber o poder da profissão (KRAMER, 2001, p. 97).

Essa problemática em relação à educação infantil deve ser a principal dificuldade enfrentada pelo profissional de pedagogia do sexo masculino, a qual vai se refletir em números, comprovando que por mais formado e preparado que seja, o profissional homem se depara com um antigo pensamento da sociedade, onde só os homens podem oferecer perigo às crianças, como se fossem o “lobo mau”, causando possíveis estranhamentos e preconceitos. Sayão (2005) defende um maior envolvimento dos homens na Educação Infantil:

Quando maior o envolvimento de homens na Educação Infantil, aumentará a opção de carreira para eles contribuindo para que se desfizesse a imagem de que esta etapa da educação básica é um

trabalho apenas para mulheres alterando, dessa maneira, a imagem da profissão e quem sabe melhorando, significativamente os salários e o status da carreira (SAYÃO, 2005, p. 16).

Este profissional mesmo apresentando uma boa formação acadêmica dificilmente consegue trabalhar nesta área a não ser que seja através de concurso público, mesmo assim, tendo que lidar com preconceitos, tendo que provar diariamente sua capacidade e “verdadeiras intenções” devido a estar atuando junto às crianças de pouca idade, enfrentando várias reações negativas dos pais, as críticas do corpo docente da escola, o modo como a sociedade o vê, e questões relacionadas ao cuidar e ao ensinar.

A abertura de concursos públicos para a Educação Infantil vem proporcionando o aumento da presença de professores do sexo masculino na Educação Infantil e que pode vir a contribuir para desfazer muitos dos mitos e preconceitos feitos em cima da imagem masculina nessa etapa da educação ao longo dos tempos, trazendo colaborações significativas para essa carreira, promovendo através de uma prática diária uma melhor aceitação desse profissional mostrando toda sua qualificação e amor a profissão, deixando de ser olhado com preconceitos, sendo perseverante e fiel a sua vocação.

4.1 Reflexões sobre as relações do professor do sexo masculino que atua na educação infantil e a comunidade

Com um percentual baixíssimo de presença na docência para a faixa de 0 a 6 anos, o professor do sexo masculino na Educação Infantil brasileira se apresenta como minoria, causando estranhamentos não só por parte da comunidade, como também das próprias instituições de ensino, vivenciando várias situações durante sua prática docente que levam a questões como preconceito, desvalorização do trabalho desse profissional e construções que envolvem toda a comunidade escolar, justamente por estarem “invadindo” um espaço historicamente representado pelas mulheres, o que novamente ressalta a necessidade de uma discussão sobre as questões de gênero. Para Louro (1997) é importante “entender o gênero como constituinte da identidade dos sujeitos”, mas também é essencial explicar que os sujeitos possuem identidades variadas e não somente uma, podendo estas ter caráter transitório, pois com o passar dos tempos podem ser modificadas. Sendo

assim, comportamentos de homens e mulheres são intrínsecos a suas identidades ao mesmo tempo que comportamentos apresentados de acordo com os parâmetros de normalidade da sociedade são construídos, e passíveis de mudanças. Completa dizendo:

[...] Ao afirmar que o gênero institui a identidade do sujeito (assim com a etnia, a classe, ou a nacionalidade, por exemplo) pretende-se referir, portanto, a algo que transcende o mero desempenho de papéis, a ideia é perceber o gênero fazendo parte do sujeito, constituindo-o. O sujeito é brasileiro, negro, homem, etc. Nessa perspectiva admite que as diferentes instituições e práticas sociais são constituídas pelos gêneros e são, também, constituintes dos gêneros [...] (LOURO, 1997, p. 25).

O professor do sexo masculino que atua na educação infantil gera inicialmente estranheza e questionamentos no corpo docente escolar, tensões e reflexões à cerca das razões que o motivaram a iniciar nesta função, fazendo-se necessário compreender as relações estabelecidas entre ele com os demais sujeitos das instituições e como a comunidade escolar percebe e convive com a presença desse sujeito. Este profissional está no foco dos olhares preconceituosos que irão questionar sua capacidade e até mesmo sexualidade, provocando desconforto, constrangimento e outras sensações desagradáveis, gerando questionamentos e pensamentos à cerca de si mesmo, da sua escolha e da sua didática.

Porém o desejo, carinho, amor e a vontade de romper barreiras e preconceitos fazem com que os professores homens que trabalham com crianças pequenas se dediquem e desempenhem com louvor o seu trabalho. Uma questão bastante vinculada a esses profissionais de maneira positiva é a questão da figura paterna que estreita a relação entre as crianças, trazendo benefícios emocionais que uma figura masculina pode representar para uma criança privada da figura paterna. Como já foi dito a Educação Infantil Brasileira está associada historicamente a figura feminina, a figura materna e isso é constatado pelo INEP (Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa) que em 2010 quando constatou que entre 336.186 de professores que atuam na educação infantil somente 11.430 eram professores do sexo masculino. Até porque eles são muito melhores aceitos em funções de diretor,

coordenador ou funcionário direto da administração da rede de ensino, representando as relações de poder e o próprio magistério.

[...] as expressões da masculinidade e feminilidade são historicamente construídas e referem-se aos símbolos culturalmente disponíveis em uma dada organização social, às normas expressas em doutrinas e instituições, à subjetividade e às relações de poder estabelecidas nesse contexto (VIANNA, 2002, p. 90).

5. CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS: BRINCAR E CUIDAR

As políticas públicas elaboradas para o atendimento de crianças na história da Educação Infantil no Brasil foram influenciadas por medidas jurídico policial, médico-higienistas e religiosas. Apresentando dimensões essenciais no que diz respeito ao educar e ao cuidar, com propostas pedagógicas importantes na educação, voltadas especificamente na Educação Infantil. Propostas essas que variam conforme a instituição de ensino, pois muitas dão ênfase ao cuidar, deixando um pouco de lado o educar. Sayão (1996) diz que as crianças precisam de cuidados básicos, pois dependem dos adultos, mas que é preciso educar, pois são cidadãos e tem o direito de ter acesso ao conhecimento.

É preciso cuidar das crianças que ainda são dependentes dos adultos no que diz respeito a cuidados básicos, como a alimentação, a higiene, o vestuário. É preciso também educar essas crianças porque são cidadãos e não podem ser privados do direito inquestionável de ter acesso ao conhecimento, socialmente produzido e expresso pela cultura (SAYÃO, 1996, p 15).

A brincadeira infantil ocupa um aspecto muito importante, pois é através do brincar que as crianças se socializam e se integram, construindo conhecimentos sobre a realidade que as cercam como também sobre si mesmos durante seu processo de desenvolvimento nessa fase da infância, ao contrário de muitos educadores que veem a brincadeira como forma de passar o tempo ou recreação e em muitas vezes aplicando outros tipos de atividades que em suas concepções de aprendizagens parecem mais eficazes. Nesse sentido, as necessidades que as

crianças apresentam em conhecer o mundo, bem como suas curiosidades. De acordo com o referencial, educar significa:

[...] propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, a educação poderá auxiliar o desenvolvimento das capacidades de apropriação e conhecimento das potencialidades corporais, afetivas, emocionais, estéticas, na perspectiva de contribuir para a formação de crianças felizes e saudáveis (BRASIL - RCNI, vol. I, 1998, p.23).

A brincadeira proporciona, por exemplo, a um bebê explorar ambientes desconhecidos e se desenvolver com isso, existem brincadeiras que estimulam cada fase do desenvolvimento infantil e é importante perceber qual brincadeira é indicada para determinada fase. O brincar na educação infantil tem muitos objetivos, tais como: oportunizar à criança a construção da identidade autônoma a partir da convivência e relacionamento com as crianças e adultos da escola, incentivando o ser, o estar, o aprender e a conviver com os outros; possibilitar a integração das crianças através das atividades coletivas, promovendo a socialização entre as mesmas; permitir que se desenvolvam através das interações com o meio, explorando o espaço e oferecer objetos que despertem interesse; trabalhar a oralidade; interagir e relacionar-se de frente ao espelho, com isso é possível trabalhar a identidade, observando a cor de seus olhos, o tom da pele, cor dos cabelos; perceber-se a si e ao outro, as igualdades e diferenças, mediante as interações estabelecidas; sentir-se valorizado e reconhecido enquanto indivíduo; enxergar-se a si próprio como parte de um grupo, de uma unidade complexa e desenvolver o raciocínio.

Já o cuidar é definido como:

[...] parte integrante da educação, embora exigir conhecimentos, habilidades e instrumentos que extrapolam a dimensão pedagógica, ou seja, cuidar de uma criança em um contexto educativo demanda

integração de vários campos de conhecimentos e a cooperação de profissionais de diferentes áreas (BRASIL - RCNI, vol. I, 1998, p.24).

Cuidar é impregnar a ação pedagógica de consciência, estabelecendo uma visão integrada do desenvolvimento da criança com base em concepções que respeitem a diversidade, o momento e a realidade, peculiares à infância. Desta forma, o educador deve estar em permanente estado de observação e vigilância para que não transforme as ações em rotinas mecanizadas, guiadas por regras. Consciência é a ferramenta de sua prática, que embasa teoricamente, inova tanto a ação quanto à própria teoria. Cuidar e educar implicam em reconhecer que o desenvolvimento, a construção dos saberes, a constituição do ser não ocorre em momentos e de maneira compartimentada.

A criança é um ser completo, tendo sua interação social e construção como ser humano permanentemente estabelecido em tempo integral. Cuidar e educar significa compreender que o espaço/tempo em que a criança vive exige seu esforço particular e a mediação dos adultos como forma de proporcionar ambientes que estimulem a curiosidade com consciência e responsabilidade. O brincar e o cuidar estão interligados, através do brincar, a criança aprende como se tornar um ser social, a fazer amigos, aprender coisas a respeito de seu corpo, do movimento.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, é ainda rara a participação masculina na Educação Infantil, mesmo como gestor, o número é ínfimo. Esse papel tem sido relegado à mulher e ela e a sociedade assim o assumiu. De modo geral, na docência, é comum encontrar homens atuando a partir do 6º ano do Ensino Fundamental, em especial na Educação Básica e até os anos iniciais do Ensino Fundamental, embora a presença feminina no exercício do magistério continue sendo majoritária. O caráter eminentemente feminino assumido pela docência no século XX é problematizado pela sociedade, que reflete sobre as questões culturais associadas à profissão, destacando que, outro fato importante refere-se às atividades que podem ser realizadas por homens ou mulheres, sendo que algumas têm maior prestígio se realizadas por homens e, ao serem realizadas por mulheres, passam a ser consideradas como algo comum, de pouca importância ou natural ao gênero.

Observando atentamente, o conceito de gênero tem relação com as identidades subjetivas de homens e mulheres. Tal conceito surge a partir do século XIX e afirma que a biologia determina as essências feminina ou masculina, de forma que os comportamentos podem ser explicados pela genética ou pelo funcionamento fisiológico. Assim sendo, considera-se o gênero um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e um primeiro modo de dar significado às relações de poder. Dessa forma, é necessário considerar as construções sociais e culturais de masculino e feminino, e pensar no atravessamento das instituições pelos gêneros, e não os utilizar como métodos de reforçar modos de ser menino ou menina segundo estereótipos.

A valorização dos profissionais da Educação Infantil deve acontecer independentemente de serem homens ou mulheres, considerando a qualidade do ensino e dos atendimentos prestados às crianças, e não explicitando que esse profissional pode ser alguém sem formação e que receba pouco. Quanto à presença masculina nos Centros de Educação Infantil, é necessário destacar que esse profissional possui as mesmas condições que uma mulher para atuar nesse nível de ensino. Em suma, o simples fato de ser homem ou mulher não caracteriza parâmetro que determine a aptidão para a prática docente com as crianças, mas sim a sua formação independente do gênero. Portanto, para atuar na Educação Infantil é

necessário estudo e conhecimento da área de atuação, e não há orientação qualquer que defina a necessidade de que o profissional seja do gênero feminino.

A Educação Infantil sempre esteve à margem da sociedade, e foi tida como uma atividade pouco complexa por muito tempo, porém nos últimos anos voltou-se para ela um olhar diferenciado, atento e importante no que tange ao desenvolvimento social, afetivo, corporal e cognitivo da criança. A Psicologia da Educação contribuiu para isso ao mostrar a riqueza dos primeiros anos de vida das crianças e como a Educação Infantil tem papel fundamental ao contribuir com o desenvolvimento das mesmas.

A reflexão a que este estudo se propôs busca enfatizar que o que define um profissional a trabalhar na Educação Infantil, é a sua formação, a qual deve acompanhar as diretrizes norteadoras para o trabalho nesta esfera da educação, oportunizando reflexões acerca do fazer docente com as crianças, a fim de contribuir com seu desenvolvimento nos múltiplos aspectos. Neste sentido, busca-se superar e avançar o pensamento de que o cuidado, as ações e a educação são tarefas que só podem ser desempenhadas por mulheres e que aos homens cabe o sustento da família, o que também descaracteriza o trabalho docente de professor/a de educação infantil, desvalorizando o seu salário e profissão.

Na prática, a despeito da inexistência de orientações que indiquem ser a docência uma tarefa da mulher, poucos homens habilitam-se para trabalhar com as crianças, situação parcialmente explicada pela resistência verificada pela sociedade como um todo, quanto a ser um professor que eduque e cuide de seus filhos. Muitas pesquisas apontam na direção que historicamente, construiu-se e foi reforçada uma concepção tradicional de masculinidade e feminilidade, onde o homem deve agir como provedor e a mulher como cuidadora, portanto caberia a ela o papel de professora de educação infantil. Assim, criaram-se vários estereótipos sobre homens e mulheres atribuindo-se a cada uma das partes, atividades diferenciadas e condizentes com seu gênero. Como consequência desse pensamento retrógrado, diferentes funções ainda são associadas a homens e mulheres, sendo que aquelas identificadas com os corpos e mentes femininas ganham um lugar inferior na sociedade, em comparação àquelas tidas como masculinas.

Dada a complexidade de fatores envolvidos nessa ausência de profissionais do gênero masculino na Educação Infantil, cabe à formação inicial e continuada de professores e professoras, enfrentar essa problemática, esclarecendo e, de certo

modo, tranquilizando as famílias e toda a comunidade, quanto à competência de homens e mulheres no exercício da função docente na Educação Infantil, com foco centrado na sua qualificação.

Na sociedade atual é preocupante que tantos preconceitos permeiem o espaço das instituições educacionais, permitindo que profissionais capacitados sofram com atitudes e olhares preconceituosos que partem muitas vezes dos próprios colegas de trabalho, levando a uma dificuldade ainda maior para esses profissionais que pretendem atuar na Educação Infantil. Faz-se necessária a adoção de uma nova conduta, de uma nova maneira de olhar e entender o profissional de educação infantil, com a igualdade de seus profissionais como sujeitos que promovem a educação independente do gênero que possuam.

Finalizando esse estudo é importante enfatizar que os profissionais do sexo masculino que estão se formando em Pedagogia, juntamente com os que já atuam na educação infantil são profissionais e sujeitos, como qualquer outra pessoa da esfera educacional. Mesmo depois das transformações sociais no mundo, a contemporaneidade insiste em apoiar-se sobre um conceito ultrapassado no que se refere à figura masculina que atua na docência, aproximando os indivíduos de hoje ao passado, do qual, as mulheres eram designadas unicamente a cuidar da casa e das crianças, como se o ato de ensinar estivesse ligado ao amor materno e ao campo doméstico, fazendo com que esses profissionais devido a olhares preconceituosos acabem desanimando e se desinteressando pela área da educação, por serem sempre tachados de afeminados, homossexuais ou outros termos pejorativos, o enfrentamento à essa situação se faz cada vez mais importante, e há sim a necessidade de se realizar um trabalho constante no intuito de proporcionar um novo olhar que reconheça a igualdade dos profissionais, sem estereótipos, apontamentos e olhares vigilantes ou preconceituosos.

A contemporaneidade precisa iniciar-se dentro da escola, e por que não começar por acolher professores para a educação infantil? Esse acolhimento pode permitir que a escola se abra para a diferença, com respeito, equidade e igualdade entre todos e todas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. S. **Mulher e educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: UNESP, 1998.

ARCE, A. Documentação Oficial e o mito da educadora nata na educação infantil. **Cadernos de Pesquisa**, n.113, p.167-184, junho/2001.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, de 05 de outubro de 1988**. Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acessado em 21 dez 2017.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf>. Acesso em 10 Mar. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNI)**. Brasília, 1998. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf>. Acesso em 10 mar. 2018.

BRASIL. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/10172.htm>. Acessado em 10 mar 2018

BRASIL. **Lei nº 11.274, 6 de fevereiro de 2006**. Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases para a educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 fev. 2006. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11274.htm>. Acesso em: 10 mar. 2018

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 53/2006**. Define a educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças de até cinco anos de onze meses de idade. 2006a. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/2006/emendaconstitucional-53-19-dezembro-2006-548446-publicacaooriginal-63582-pl.html>>. Acesso em 11 mar. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil**. Brasília, 2006a. Disponível em< <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/eduinfparqualvol1.pdf>>. Acesso em 10 Mar. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Política Nacional de Educação Infantil: pelos direitos das crianças de zero a seis anos à educação**. Brasília, 2006b. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/polinaci.pdf>>. Acesso em 10 Mar. 2018.

BRASIL. **Emenda constitucional nº 59/2009**. Acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal, dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica, e dá nova redação ao § 4º do art. 211 e ao § 3º do art. 212 e ao caput do art. 214, com a inserção neste dispositivo de inciso VI. 2009. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/2009/emendaconstitucional-59-11-novembro-2009-592136-publicacaooriginal-117213-pl.html>>. Acesso em: 11 mar. 2018.

CARVALHO, M. P. de. **No coração da sala de aula: gênero e trabalho docente nas séries iniciais**. São Paulo: Xamã. 1999.

FINCO, D. Relações de gênero nas brincadeiras de meninos e meninas na educação infantil. **Revista Quadrimestral da Faculdade de Educação**, v. 14, n. 3(42), p. 89-101, set./dez. 2003.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

KRAMER, S. **Relatório de pesquisa: formação de profissionais da Educação Infantil no Estado do Rio de Janeiro**. Apoio CNPq/FAPERJ. Puc-Rio. Rio de Janeiro: Ravil, 2001.

LOURO, G. L. **Gênero sexualidade e educação: uma Perspectiva pós estruturalista**, 3ª ed. – Petrópolis: Vozes, 1997.

MONTEIRO, M. K.; ALTMANN, H. Homens na educação infantil: olhares de suspeita e tentativas de segregação. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 44, n. 153, p. 720-741, Jul./Set. 2014.

ORIANI, V. P. **Direitos humanos e gênero na educação infantil: concepções e práticas pedagógicas**. 2011. 157 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2011.

POSTMAN, N. **O desaparecimento da infância**. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.

REIS, F. P. G.; CUNHA, D. O. **Políticas públicas e a educação infantil brasileira: Problemas, embates e armadilhas**. In: PIMENTA, C. A. M.; ALVES, C. P. (Org.). Políticas públicas & desenvolvimento regional. Campina Grande: Eduepb, 2010. p. 103-126. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/j8gtx>>. Acesso em: 18 jul. 2018

SANTOS, A. C. **A voz masculina nas creches e pré-escolas: o lugar do homem na Educação Infantil, na perspectiva dos graduandos do curso de Pedagogia Presencial da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN**. 2015. 60 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia), Departamento de Fundamentos e Políticas da Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

SARMENTO, M. J. As culturas da infância nas encruzilhadas da Segunda Modernidade. 2003. Disponível em: <<http://proferlaotrabalhosalunos.pbworks.com/f/AS+CULTURAS+DA+INFANCIA+NA+ENCRUZILHADA+DA+SEGUNDA+MODERNIDADE.pdf>>. Acesso em 17 jun. 2018

SAYÃO, D. T. **Educação Física na pré-escola: da especialização disciplinar a possibilidade de trabalho pedagógico integrado**. 1996. 169 f. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira). Centro de ciências da educação da UFSC. Florianópolis, SC, 1996.

SAYÃO, D. T. **Relações de gênero e trabalho docente na educação infantil: um estudo a partir de professores na creche**. 2005. 272 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

SILVA, A. B. B. **Bullying: mentes perigosas nas escolas**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

SOUZA, M. I. **Homem como professor de creche: sentidos e significados atribuídos pelos diferentes atores institucionais**. 2010. 249 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2010.

VIANNA, C. P. O sexo e o gênero da docência. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.17-18, p. 81-103, 2002.

VIEZZER, M. **O problema não está na mulher**. São Paulo: Cortez, 1989.

Orientadora: Profa. Dra. Célia Regina
Rossi

Orientando: Wagner André dos Santos
Silva